

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCUS EHALT LOPES JUNIOR

A BUSCA PELA ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA NO ÂMBITO DOS
JUIZADOS ESPECIAIS DE CURITIBA

CURITIBA

2013

MARCUS EHALT LOPES JUNIOR

A BUSCA PELA ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA NO ÂMBITO DOS
JUIZADOS ESPECIAIS DE CURITIBA

Projeto Técnico apresentado ao Departamento de Administração Geral e Aplicada do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública

Orientador: Profa. Dra. Danielle Mantovani

CURITIBA

2013

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a atual estrutura fornecida pelo Tribunal de Justiça do Paraná no âmbito dos Juizados Especiais e detectar se o cidadão comum, mais precisamente aquele que não tem condições de arcar com os custos de um advogado, tem acesso ao seu direito constitucional de obter do Estado uma assistência jurídica gratuita. Através da pesquisa exploratória, documental e bibliográfica, utilizando-se ainda da entrevista em profundidade na coleta de dados, foi possível constatar as maiores dificuldades encontradas pelo cidadão na sua busca por justiça, incluindo aquelas enfrentadas por este no acompanhamento da tramitação do seu processo eletrônico (Projudi). Por fim, após uma análise de todas as informações obtidas, foram propostas soluções e melhorias para que o cidadão comum consiga tramitar seu processo sem a presença de um advogado contratado, de modo a garantir o pleno exercício de seu direito constitucional.

Palavras-chave: assistência jurídica, juizados especiais, justiça.

LISTA DE SIGLAS

CIPEAD – COORDENAÇÃO DE INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA.

IDH – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.

INAJ – ÍNDICE NACIONAL DE ACESSO À JUSTIÇA

TJ-PR – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

UP – UNIVERSIDADE POSITIVO

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
1.1 APRESENTAÇÃO/PROBLEMÁTICA	5
1.2 OBJETIVO GERAL DO TRABALHO	6
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO TRABALHO	6
1.4 JUSTIFICATIVAS DO OBJETIVO	6
2. REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA	8
2.1 OS JUIZADOS ESPECIAIS	8
2.2 PROJUDI, O PROCESSO ELETRÔNICO	9
2.3 ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA	10
3. METODOLOGIA	14
4. A ORGANIZAÇÃO	15
4.1 DESCRIÇÃO GERAL:	15
4.2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA	16
4.2.1 O Balcão de Atendimento	16
4.2.2 As Dificuldades do Processo Eletrônico (Projudi)	17
4.2.3 O Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Positivo	17
4.2.4 A Defensoria Pública	19
5. PROPOSTA	21
5.1 DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA	21
5.2 PLANO DE IMPLANTAÇÃO	22
5.3 RECURSOS	23
5.4 RESULTADOS ESPERADOS	24
5.5 RISCOS OU PROBLEMAS ESPERADOS E MEDIDAS PREVENTIVO-CORRETIVAS	25
6. CONCLUSÃO	26
REFERÊNCIAS	27
ANEXOS	29

1. INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO/PROBLEMÁTICA

A lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que rege os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, prevê no seu art. 9º que nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória. Portanto, há uma grande demanda de processos sem a presença do advogado nos juizados especiais. Em muitos casos o cidadão comum encontra grandes empecilhos em sua busca por justiça, já que ele não possui conhecimento apurado acerca da legislação, ocasionando dificuldades na tramitação de seu processo. Adversidades como: perda de prazo, menor celeridade na tramitação, equívocos nas peças juntadas ou prejuízos na resolução do mérito podem ocorrer devido à dificuldade destas pessoas em expor o seu problema ou situação.

Este estudo visa a elaboração de uma análise dos serviços atuais oferecidos à população, mais precisamente no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública. Propõe-se avaliar o serviço prestado pelo Tribunal de Justiça do Paraná e dos demais serviços que estão disponíveis à sociedade, como o exercido pela Defensoria Pública do Paraná e o trabalho realizado pelo Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Positivo. Este trabalho tem o intuito de estabelecer melhorias na prestação de auxílio jurídico e nas orientações gerais ao cidadão comum, ou seja, aquele que não tem condições de arcar com os custos de um advogado. Por fim, tem como objetivo detectar as maiores dificuldades encontradas pelo cidadão em sua busca por justiça.

Um aprofundamento acerca desse tema e a adoção de medidas corretivas e preventivas trará uma maior humanização na esfera dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Paraná. Melhorar o serviço disponível proporcionará à população um maior discernimento na busca de seus interesses, o que pode reduzir eventuais prejuízos que possam ocorrer na tramitação de seu processo e garantir que o direito à Justiça seja atingido.

1.2 OBJETIVO GERAL DO TRABALHO

Propor melhorias para facilitar o acesso do cidadão comum ao seu direito constitucional de acesso à justiça, mais especificamente no âmbito dos Juizados Especiais.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO TRABALHO

1. Identificar as maiores dificuldades encontradas pelo cidadão na busca por justiça, especialmente na tramitação de seu processo na esfera dos Juizados Especiais.
2. Detectar as particularidades e empecilhos enfrentados na tramitação do processo eletrônico (Projudi).
3. Analisar a estrutura oferecida pelo Tribunal de Justiça em seus Juizados Especiais.
4. Alavancar soluções para que o cidadão comum possa tramitar seu processo sem a presença de um advogado contratado.

1.4 JUSTIFICATIVAS DO OBJETIVO

No Brasil, o acesso à justiça é um Direito Constitucional, conforme dispõe o artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, “O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;”. Porém, este assunto é alvo de constantes preocupações da sociedade moderna, já que a atual estrutura jurídica disponível não fornece o suporte necessário para que a população garanta o pleno exercício deste direito.

A criação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, caracterizados pelos princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, e buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação, tornou-se um caminho menos burocrático para o cidadão partir em busca da justiça. Contudo, apesar dos juizados serem competentes para julgar as causas de menor complexidade, o cidadão comum ainda encontra enormes dificuldades para lidar com a tramitação do processo, devido à falta de conhecimento na área jurídica e pela dificuldade em encontrar auxílio jurídico gratuito.

Sendo o acesso à Justiça um direito de todos e um dever do Estado, é importante analisar a atual estrutura judiciária disponível, principalmente aquela destinada às pessoas de baixa renda, que se apresentam sem a assistência de um advogado contratado e que necessitam de um maior auxílio dos servidores e dos departamentos competentes, já que estes cidadãos formam uma grande parcela do público frequentador dos Juizados.

2. REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

2.1 OS JUIZADOS ESPECIAIS

Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais são regidos pela Lei nº 9.099/95, criada na data de 26 de setembro de 1995, com o intuito de solucionar os conflitos crescentes que surgiam devido ao aumento da população. Os processos que tramitam junto ao Juizado Especial se caracterizam por uma série de princípios, conforme prevê o art. 2º da Lei nº 9.099/95: “O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação”.

Portanto, os Juizados estão encarregados de resolver conflitos de menor complexidade, de forma mais simples, com uma menor burocracia, o que traz uma maior celeridade ao processo.

Uma grande vantagem dos Juizados está na possibilidade do autor entrar com um processo sem a figura de um advogado constituído, já que nas causas de valor até 20 salários-mínimos a presença deste não é necessária, sendo que nas causas que envolvam valores superiores - observando o limite de até 40 salários mínimos na esfera dos Juizados - a presença do advogado é obrigatória.

Porém, o grande valor social desta Lei está na isenção de custas na sua tramitação em 1º grau, conforme previsto no art. 54 da Lei que rege os Juizados Especiais: “O acesso ao Juizado Especial independará, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas”.

No caso da parte não concordar com a decisão de primeira instância, proferida pelo magistrado responsável, é possível recorrer da sentença, porém, incidem custas no preparo do recurso, além da necessidade de se constituir um advogado no processo, conforme determina o artigo 55:

Art. 55. A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé. Em segundo grau, o recorrente, vencido, pagará as custas e honorários de advogado, que serão fixados entre dez por cento e vinte por cento do valor de condenação ou, não havendo condenação, do valor corrigido da causa.

Com suas características, os Juizados Especiais são um exemplo de exercício de cidadania que enfatizam a democratização no acesso à justiça,

possibilitando uma maior harmonia e uma maior igualdade nos direitos e deveres de cada membro da sociedade. No entendimento de Cappelletti (1988, citado por Abreu, p. 3) “o acesso à Justiça pode ser encarado como o mais básico dos direitos humanos de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos”.

2.2 PROJUDI, O PROCESSO ELETRÔNICO

A resolução número 03/2009 dispõe sobre o processo eletrônico no âmbito do Poder Judiciário do Paraná, sua criação deve-se à necessidade de facilitar o acesso à Justiça e de aprimorar a agilidade na realização dos atos processuais, em benefício das partes, com economia de tempo, numerário e material, visando rapidez e qualidade da prestação jurisdicional.

Tendo em vista que a evolução tecnológica apresenta ferramentas que permitem a prática eletrônica de atos processuais, o Processo Eletrônico (Projudi), possibilita uma tramitação com segurança e celeridade, privilegiando a eficiência e a transparência no andamento dos processos.

O Art. 4º desta Resolução determina que “nas Unidades Jurisdicionais em que for implantado o processo eletrônico somente será admitido o ajuizamento de causas e todos os atos processuais subsequentes pelo sistema eletrônico; (...)”, ou seja, nas cidades onde estiver implantado o Projudi, nada mais poderá ser realizado em meio físico (papel). Levando-se em conta que em todo o Estado do Paraná o processo eletrônico encontra-se disponível, chega-se à conclusão de que um número cada vez maior de pessoas está encarando esta nova realidade, mesmo não possuindo conhecimentos (nem mesmo os básicos) na área da informática.

O processo eletrônico está disponível para consultas através do Portal do Tribunal de Justiça, sendo que o acesso ao sistema depende de prévio cadastramento. O Art. 7º, § 1º. Enfatiza que “todos os usuários serão identificados pelo sistema através de código e senha pessoal e intransferível, sendo de sua responsabilidade pessoal a utilização da senha no sistema, sua guarda e sigilo.”. Para isso, é necessário que o usuário faça o cadastro diretamente no balcão de atendimento dos Juizados Especiais, conforme explana o § 2º do Art. 7º “O cadastro do usuário só será ativado com o seu comparecimento à sede da Unidade Jurisdicional, munido de identificação profissional, assinando o termo de

cadastramento e adesão ao sistema”. Entretanto, é necessário que o usuário informe um endereço de e-mail a fim de possibilitar a geração da senha, que será enviada automaticamente pelo sistema no endereço fornecido. Porém, muitos usuários, geralmente os mais idosos ou carentes, sequer possuem e-mail, o que traz uma enorme dificuldade para estas pessoas poderem acompanhar o andamento do seu processo eletrônico.

Os autos do processo eletrônico são integralmente digitais, sendo responsabilidade de cada usuário a inserção de documentos nos processos. Portanto, o cidadão comum, aquele que não possui a assistência de um advogado contratado, necessita de auxílio jurídico para evitar eventuais nulidades, já que o Art. 9º § 1º afirma que “o juiz da causa poderá determinar a exclusão de peças indevidamente juntadas aos autos”, o que pode trazer prejuízos consideráveis para a parte.

2.3 ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

O acesso ao Poder Judiciário pelos que não possuem condições de pagar é garantido no artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal. A regra geral para o deferimento do pedido de assistência judiciária é a prevista no art. 4º, da lei 1060/50 e no Código de Normas da Corregedoria, no item 2.7.9. A lei 1060/50 disciplina o benefício estabelecendo em seu artigo 4º o seguinte:

Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

Porém, a fim de comprovar a necessidade de obter o benefício da justiça gratuita, muitos magistrados paranaenses exigiam uma série de documentos com o intuito de analisar o pedido de tal benefício. Entretanto, a Corregedoria-Geral de Justiça do Paraná orientou todos os magistrados do estado sobre a irregularidade na exigência de tal prática, tais como o fornecimento do contrato de honorários advocatícios ou declaração de que o advogado constituído no processo não cobraria honorários, como condição para o deferimento da justiça gratuita. Em alguns casos havia a necessidade de exibir uma série de documentos, como certidões negativas

de registros de imóveis, DETRAN e até mesmo a declaração do imposto de renda, com o objetivo de analisar os pedidos de justiça gratuita e/ou assistência judiciária gratuita.

Entretanto, de acordo com a decisão da Corregedoria, o juiz pode usar o poder geral de cautela e exigir documentos complementares para analisar o pedido de assistência judiciária, mas apenas quando tiver sérios indícios da falsidade da afirmação. Contudo, tal prática não pode ser imposta como regra geral, pois há uma necessidade de privilegiar a cidadania e assegurar que os mais necessitados tenham o pleno acesso ao Poder Judiciário.

A assistência jurídica no Brasil está amparada pelos princípios constitucionais do Estado de Direito, sob o qual está instituído o nosso sistema democrático, que compreendem o princípio da igualdade, garantido através da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, caput, o princípio do amplo acesso à Justiça e o devido processo legal. Sadek (2001, p. 159) afirma:

Outra inovação trazida pela Constituição de 1988 é a adjetivação da assistência jurídica, tratada como integral e gratuita. Assim, o dever do Estado de prestar assistência jurídica ganhou maior amplitude e significado, representando uma conquista da sociedade na garantia do exercício de sua cidadania. Com essas prerrogativas está garantido, em termos legais, o acesso da população carente às instituições de Justiça, em todos os graus de jurisdição. Ao Estado cabe oferecer também orientação jurídica de forma abrangente, enfrentando não somente os obstáculos econômicos ao acesso à Justiça, mas também os obstáculos sociais e culturais, a fim de garantir a igualdade no exercício deste direito.

O Jornal Gazeta do Povo, em 16/12/13, veiculou em seu site uma matéria sobre o Índice Nacional de Acesso à Justiça (Inaj), que havia sido divulgado pelo Ministério da Justiça. O Estado do Paraná, com um índice de 0,19 (numa escala de 0 e não tem um número máximo) foi avaliado como o quinto colocado no ranking sobre o acesso à Justiça no País. As unidades federativas com os maiores índices verificados foram o Distrito Federal (0,41), Rio de Janeiro (0,31), São Paulo (0,25) e Rio Grande do Sul (0,24). No geral, a média brasileira ficou em 0,13, sendo que em dezesseis estados o índice ficou abaixo desta média. Obviamente, os estados com os piores índices encontram-se no Norte e Nordeste do país, regiões consideradas mais carentes, menos desenvolvidas e que encontram as maiores dificuldades de acesso ao sistema judicial. Os piores índices foram detectados nos estados da

Bahia, Ceará e Alagoas (todos com 0,09), Amazonas (0,08), Pará (0,07) e em último lugar o Maranhão (0,04).

O índice foi desenvolvido em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e seu cálculo é feito a partir de informações públicas sobre o número de unidades e operadores do Direito – profissionais que participam do sistema judiciário, como advogados, defensores públicos, promotores de Justiça e juízes - que cada instituição ligada à Justiça tem. É levado em consideração o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e as informações sobre órgãos e instituições essenciais para o funcionamento da Justiça, tais como o número de defensores públicos.

De acordo com o Ministério da Justiça, há no Brasil um número elevado de advogados e um número insuficiente de defensores públicos. Segundo a Secretaria de Reforma do Judiciário, na média total são 10,3 magistrados a cada 100 mil habitantes; 7,13 membros do Ministério Público; 3,44 defensores públicos; e uma disparidade de 311,98 advogados a cada grupo de 100 mil habitantes.

O Ministério da Justiça realizou, ainda, um estudo sobre a relação entre o IDH e o acesso à Justiça. Esta análise revelou que quanto maior o IDH, maior também o acesso a Justiça; quanto mais desenvolvido o estado, mais acesso à Justiça existe. Contudo, entre o estado mais mal colocado e o mais bem colocado em termos de IDH, a diferença é pequena, mas ao comparar o Inaj, há um brutal desequilíbrio, já que a diferença chega a quase 1.000% entre os estados com maior e o menor acesso à Justiça.

Este estudo encontra-se disponível no Atlas de Acesso à Justiça, lançado recentemente pelo Ministério da Justiça e disponível na internet. Além do Inaj, estão disponíveis informações e dados sobre direitos e garantias. Além de acessar indicadores, é possível consultar um mapa com os endereços, telefones e páginas na internet dos órgãos que atuam na prestação da Justiça em todo o país. O atlas contém também uma seção voltada para tirar dúvidas, esclarecer conceitos e explicar como funciona a Justiça brasileira, se tornando numa importante ferramenta de consulta e auxílio na busca por justiça.

Neste contexto, Santos (2009 p. 25) traz a ideia de que o termo “cidadania”, expressa o oposto da “exclusão” e que “um indivíduo que desfruta da condição de cidadão é aquele que goza dos direitos consignados pelo Estado”. Portanto, a cidadania implica num sentimento de pertencimento e lealdade a uma civilização,

que se constitui em patrimônio comum de uma dada coletividade. Tal pertencimento, por sua vez, se estabelece a partir dos deveres de cada indivíduo para com o Estado, mas também – e sobretudo – pelos direitos que este Estado lhe garante.

3. METODOLOGIA

Estudo baseado na pesquisa documental e bibliográfica disponível, através da internet e do material didático oferecido pelo curso de Gestão Pública da CIPEAD-UFPR, bem como na observação da legislação vigente. O tipo empregado de pesquisa se caracteriza por ser qualitativa com caráter exploratório.

Além da pesquisa documental, a entrevista em profundidade contribuiu com um grande número de informações na coleta de dados. Algumas constatações foram trazidas a este trabalho mediante questionamentos verbais às partes e advogados, durante o horário de funcionamento do balcão de atendimento dos juizados especiais. O balcão é uma importante ferramenta no sentido de constatar as dificuldades encontradas pelas partes na tramitação de seu processo, já que reclamações, sugestões e dúvidas são frequentemente trazidas pela sociedade aos servidores que prestam este tipo de atendimento.

Por fim, a coleta de dados foi complementada mediante entrevista com um dos professores responsáveis pelo Núcleo de Prática da Universidade Positivo, Prof. Dr. Joseph Jamal A. Chahla, que debateu e explanou assuntos importantes inerentes ao público atendido, dificuldades encontradas, objetivos gerais e informações acerca das rotinas empregadas no Núcleo.

4. A ORGANIZAÇÃO

Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

4.1 DESCRIÇÃO GERAL:

Os Juizados Especiais tem origem nos Estados Unidos da América, em 1913, com o intuito de resolver as causas de menor complexidade. Com o aumento da concentração da população na área urbana, principalmente de estrangeiros, que se caracterizavam por um nível educacional e financeiro inferior aos níveis já estabelecidos nos EUA, houve um aumento no número de conflitos, incentivando assim, a criação dos Juizados Especiais. (MIRANDA; PETRILLO, OLIVEIRA FILHO, 2012, p. 3-4).

No Brasil, após alguns movimentos que pregavam a busca pelo direito, foi criada a Lei nº 7.244/84, que dispunha sobre a criação e o funcionamento dos Juizados Especiais de Pequenas Causas. Alguns anos mais tarde, a Constituição Federal de 1988, através de seu artigo 98, inciso I, determinou a criação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais:

Art. 98. A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:
I - juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumariíssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau;

Posteriormente, os Juizados Especiais seriam regulamentados pela Lei nº 9.099/95, que tinha como objetivo o acesso à justiça de forma mais célere e universal, com ênfase em seu valor social.

Em Curitiba, os Juizados Especiais podem ser encontrados em alguns bairros. A maioria das Secretarias dos Juizados encontram-se no bairro Água Verde, mais precisamente 13 delas estão instaladas neste bairro. Porém, com a atual política de descentralização, é possível encontrar o 9º e o 10º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública no bairro do Sítio Cercado, bem como no bairro da Cidade Industrial de Curitiba, onde também se encontra uma secretaria dos

Juizados. Por fim, no bairro de Santa Felicidade o Tribunal de Justiça do Paraná também fornece um Juizado para acesso da população local.

4.2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

4.2.1 O Balcão de Atendimento

Através do balcão de atendimento das secretarias dos Juizados Especiais é possível constatar a grande dificuldade que o cidadão-comum encontra na tramitação de seu processo. Ao receber as intimações via correio com aviso de recebimento, a parte que recebeu a intimação necessita cumprir a ordem do juiz dentro de um prazo determinado. E aí as dúvidas e dificuldades se apresentam. Iniciam-se já com relação ao prazo determinado, já que este gera dúvidas acerca do seu início e término, outras questões como: termos jurídicos, solicitações ao juiz, possibilidades existentes na execução do processo, diligências necessárias, peças a serem juntadas no processo e outras dificuldades são frequentemente observadas pelos servidores que prestam atendimento no balcão.

É notória e vexatória a falta de investimentos na área da educação pelo governo brasileiro, seja na esfera federal, estadual ou municipal. Os reflexos trazidos com esta infeliz prática, ao longo das décadas, podem ser evidenciados em todos os setores de nossa sociedade, causando as mais diversas consequências. Obviamente, este dilema também se apresenta no âmbito dos Juizados Especiais.

Uma grande parcela da população tem dificuldades em se expressar, outros tantos são analfabetos e ainda existem aqueles que não entram nas estatísticas do governo, porém, podem ser considerados semianalfabetos, já que não conseguem expor suas ideias e muito menos formular suas opiniões, principalmente quando surge a necessidade de transcrevê-las numa folha de papel.

Ao realizar um atendimento de uma parte que apresenta dificuldades ao preencher uma petição ou requisição, é comum o servidor dos juizados especiais se deparar com pressões no sentido de convencê-lo a escrever na petição aquilo que é necessário para a continuidade do processo. Estes pedidos vêm acompanhados de explicações como “dificuldades na visão” devido ao “esquecimento dos óculos” ou “limitações motoras”. Porém, fica evidente que tais pedidos têm apenas o intuito de mascarar suas dificuldades para escrever ou se manifestar.

4.2.2 As Dificuldades do Processo Eletrônico (Projudi)

Com o avanço da tecnologia, outro fator influi muito na dificuldade na tramitação do processo pelo cidadão-comum: o processo eletrônico. Numa sociedade em que os índices de analfabetismo, ou semi-analfabetismo, são elevados, não é surpresa esperar que o cidadão também encontre uma enorme dificuldade para operar, consultar, ou utilizar um meio eletrônico. O processo eletrônico do Tribunal de Justiça do Paraná pode apenas ser visualizado junto à internet, através do portal que dá acesso ao Processo Eletrônico (Projudi). Portanto, além das dificuldades inerentes a um processo judicial, o cidadão-comum também se depara nas suas limitações em operar um sistema eletrônico, que apesar de fornecer tutoriais e um amplo acesso ao seu processo, esbarra na complexidade em sua operação e na necessidade de familiarização do usuário ao seu sistema.

4.2.3 O Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Positivo

Existem algumas formas da sociedade encontrar auxílio jurídico gratuito em Curitiba. Uma delas é mediante o Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Positivo, localizado no mesmo edifício onde estão instalados os Juizados Especiais de Curitiba, mais precisamente na Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 2.826, no bairro Água Verde. Neste departamento é possível obter assistência judiciária gratuita, através dos estudantes de Direito da referida universidade. Porém, seu atendimento é limitado por um número de senhas diárias, ocasionando prejuízos a alguns cidadãos, já que a procura da sociedade para receber este tipo de atendimento é elevada e, invariavelmente, não atende toda a demanda. Devido a isso, o cidadão se obriga a chegar cedo ao fórum a fim de obter uma senha que possibilite o seu atendimento, o que frequentemente causa transtornos para aqueles que necessitam abrir mão de suas obrigações.

O objetivo principal do convênio - realizado entre o Tribunal de Justiça do Paraná e o Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Positivo - está no foco social, visando atender as necessidades do público. Esta afirmação foi levantada mediante entrevista realizada com o Prof. Dr. Joseph J. A. Chahla, um dos professores responsáveis pelo Núcleo. Ao ser questionado se o número de senhas distribuídas ao público durante o dia seria suficiente para atender a demanda, o Prof. Joseph foi

enfático em dizer que este número não supre a procura da sociedade por este tipo de serviço. A quantidade de senhas distribuídas durante o dia depende do número de estagiários (alunos de Direito da Universidade Positivo) que estão disponíveis para realizar o atendimento naquele dia. Outro empecilho para expandir o atendimento está no espaço físico onde se encontra o Núcleo, já que este é limitado, impossibilitando um número maior de atendimentos simultâneos.

Com relação ao público atendido, o Dr. Joseph esclareceu que, apesar de não haver nenhum pré-requisito para fornecer a assistência judiciária gratuita - como nível de escolaridade ou comprovação de renda familiar - a grande maioria das pessoas que procuram os serviços do Núcleo pertence a uma classe menos favorecida, formada por muitas pessoas carentes.

Entretanto, existe também uma particularidade encontrada pelas pessoas que se interessam em contratar um advogado: os custos da contratação de um profissional pode se tornar incompatível com o valor da causa. Isto ocorre quando o valor da causa é diminuto, o que é comum nos juizados especiais, já que os valores pretendidos são menores que os encontrados na justiça comum.

Devido ao perfil do público, muitas dificuldades são encontradas no atendimento. Segundo o Prof. Joseph, existe uma grande dificuldade das pessoas em entender o trâmite do processo ou as formalidades legais que o processo exige, como, por exemplo, a necessidade de obter o endereço atualizado do reclamado, a fim de possibilitar a sua citação no processo.

Outro ponto levantado pelo Dr. Joseph é a expectativa criada pela parte nos casos de dano moral, ao insistir neste tipo de indenização, muitos reclamantes se frustram com os valores proferidos na sentença, já que a antiga “Indústria do Dano Moral” está sendo combatida por um novo entendimento jurídico: o enriquecimento sem causa, ou ilícito.

O Núcleo da Universidade Positivo presta auxílio para as partes que queiram ingressar com uma ação, através da elaboração da petição inicial. Outras peças processuais também são elaboradas pelo Núcleo, como contestações, impugnações e cumprimento de sentenças. Todavia, as peças elaboradas pertencem apenas à 1ª

instância, já que os processos que tramitam em 2ª instância necessitam de um advogado contratado ou de um advogado dativo¹.

4.2.4 A Defensoria Pública

Outra forma de se obter auxílio jurídico gratuito é através da Defensoria Pública, que tem sua criação prevista na Constituição Federal, através do artigo Art. 134, que assim se apresenta: “A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do Art. 5º, LXXIV”.

Entretanto, a Defensoria Pública disponível no Estado do Paraná é extremamente precária. Até o início do mês de outubro de 2013, a Defensoria Pública contava com apenas 10 (dez) profissionais para todo o Estado. Mediante concurso público, 87 advogados foram aprovados com o objetivo de preencher as vagas existentes de defensor público, porém, estes ainda aguardam sua nomeação. O Governo do Estado do Paraná justifica a demora na nomeação de novos defensores devido à extrapolação do limite de gastos com pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal; vejamos o art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000:

Art. 19. Para os fins do disposto no *caput* do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

- I - União: 50% (cinquenta por cento);
- II - Estados: 60% (sessenta por cento);
- III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

De acordo com a Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), cerca de 70% das pessoas que moram no estado do Paraná recebem até três salários mínimos, o que as tornariam aptas a serem atendidas pela defensoria. Segundo estimativas da própria Associação, seriam necessários 844 advogados para suprir a demanda local.

¹ Advogado dativo é aquele nomeado pelo magistrado para propôr ou contestar ação civil, mediante pedido formal da parte litigante interessada que não possui condições de pagar custas do processo ou os honorários advocatícios. Na esfera penal, é o nomeado para defender o acusado que não tem defensor, ou, tendo-o, este não comparece aos atos do processo.

Apesar da criação da Defensoria Pública estar prevista na Constituição Federal de 1988, sua regulamentação só veio em 2011, quando foi sancionada a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Paraná. O estado do Paraná foi o penúltimo a criar o órgão, mas, até hoje, a sua implementação não foi efetiva e apenas um concurso público foi realizado. Observando a relação público alvo/defensor público, há atualmente um defensor para cada 768 mil pessoas com renda mensal inferior a três salários mínimos, sendo que a relação ideal seria de um para cada 10 mil pessoas.

Portanto, é fundamental que o Tribunal de Justiça do Paraná forneça elementos que amenizem estes problemas e que se preocupe com a estrutura geral apresentada à sociedade, principalmente no âmbito dos Juizados Especiais, proporcionando ao cidadão-comum as bases necessárias para que o seu direito constitucional de acesso à justiça seja garantido.

5. PROPOSTA

A proposta se baseia em duas medidas básicas, a primeira consiste na ampliação do serviço prestado pelo Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Positivo. A segunda medida se caracteriza pela instalação de totens para consultas, com a presença de um responsável, a fim de prestar auxílio no acesso e na navegação do Processo Eletrônico (Projudi).

5.1 DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA

Conforme explanado anteriormente, é no balcão de atendimento dos Juizados Especiais que as dúvidas das partes com relação à tramitação de seu processo são trazidas. Constantemente os servidores são pressionados pelas partes, principalmente aquelas que não constituíram advogado, a fornecer auxílio jurídico para resolver determinado problema ou situação.

Todavia, a exigência da imparcialidade impede que os servidores forneçam orientações jurídicas às partes. Portanto, o Núcleo de Prática da Universidade Positivo se tornou o principal meio para o cidadão-comum tirar suas dúvidas, já que suas instalações encontram-se no mesmo prédio dos Juizados Especiais, o que possibilita fornecer auxílio jurídico ao cidadão sem a necessidade de deslocamento para outro local. Entretanto, devido à grande procura por este serviço, obrigando à distribuição de senhas para organizar a ordem de chegada, muitas pessoas acabam desistindo de procurar ajuda neste posto avançado da Universidade.

As instalações do Núcleo de Prática da Universidade Positivo são diminutas, o que restringe o volume de atendimento, porém, existe a possibilidade de expandir o espaço físico destinado a este. No andar térreo do edifício dos Juizados Especiais - onde está localizado o Núcleo - há apenas divisórias separando os ambientes, consequentemente este material facilita eventuais alterações na estrutura elétrica, na rede de informática e também na divisão dos departamentos. Por se tratar de um material leve e de simples manuseio, não existe a necessidade de fechamento do fórum por um grande período de tempo, pois não há a necessidade de quebrar paredes ou fazer alterações drásticas no sistema elétrico ou hidráulico.

Além de um espaço físico maior, uma das alternativas para a ampliação do atendimento ao público é disponibilizá-lo no período matutino, já que atualmente

este serviço é oferecido apenas no período vespertino (iniciando-se ao meio-dia e encerrando-se com o término das senhas distribuídas). Apesar das secretarias dos juizados estarem fechadas no período da manhã, pode-se utilizar o espaço para os atendimentos referentes à assistência judiciária gratuita. Mesmo com as portas fechadas para o público em geral, algumas secretarias dos juizados realizam audiências no período da manhã, portanto, convém que o serviço prestado pelo Núcleo de Prática Jurídica também esteja disponível.

No caso dos processos eletrônicos, disponíveis exclusivamente pela internet, boa parte das pessoas que não tem advogado constituído encontram dificuldades para acessar e consultar seu processo. Para garantir um acesso mais amplo ao processo eletrônico às partes, pode-se instalar no fórum dos Juizados Especiais totens para consultas em geral. Neste setor, estaria a presença de um estagiário de Direito, prestando um serviço de “auxiliar geral”, no intuito de solucionar dúvidas e também orientar e ensinar as partes a utilizarem o sistema do processo eletrônico. Tendo em vista o espaço físico disponível, a projeção da demanda e a previsão de tempo em cada consulta, estima-se que a quantidade de 3 (três) totens deve ser suficiente para suprir a procura deste serviço.

5.2 PLANO DE IMPLANTAÇÃO

Tanto a ampliação do Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Positivo quanto a instalação de totens pelo Tribunal de Justiça são medidas que não necessitam de uma grande engenharia financeira ou de uma drástica mudança de comportamento organizacional. Ambas as propostas são acessíveis de serem aplicadas e trariam bons resultados no sentido de melhorar e ampliar o atendimento para as pessoas que necessitam de auxílio jurídico gratuito ou aqueles que necessitam de informações sobre o seu processo eletrônico.

Porém, apesar de serem simples, estas mudanças exigem maiores responsabilidades dos órgãos envolvidos, tanto no cuidado em ampliar o seu atendimento quanto no monitoramento de suas ações. O quadro a seguir resume as responsabilidades dos envolvidos e faz uma projeção básica do tempo necessário para a implantação da proposta e dos recursos que envolvem sua aplicação:

	Ampliação do Núcleo de Prática Jurídica da UP.	Instalação de Totens
Responsável pela Atividade	Universidade Positivo	TJ-PR
Tempo Necessário para Implantação da Proposta	90 dias	45 dias
Responsável pelo Funcionamento	Universidade Positivo, mediante professores e alunos.	TJ-PR, mediante estagiários contratados.
Responsável pelo Monitoramento	Universidade Positivo, através dos professores responsáveis.	TJ-PR, através da diretoria dos Juizados.
Recursos a serem Investidos	Pessoal, Material (mesas, computadores, etc).	Pessoal, fabricação dos totens.

QUADRO 1 – PLANO DE IMPLANTAÇÃO

5.3 RECURSOS

Em termos financeiros, os custos para implantação e operação do sistema proposto são extremamente diminutos, pois é possível utilizar a estrutura praticamente já disponível, existindo apenas a necessidade da ampliação da área física e da instalação de totens e computadores. A fim de diminuir ainda mais os custos, pode-se reaproveitar os computadores que estão sendo substituídos por outros modelos nas secretarias dos Juizados Especiais, pois estes ainda se apresentam em perfeitas condições para uso. Outro fator que contribui para a contenção dos custos está na possibilidade de oferecê-lo através de estagiários e/ou alunos, que comparado com um servidor efetivo possui um custo muito menor ao erário.

Os recursos humanos necessários também são diminutos, já que o serviço pretendido através dos totens pode ser oferecido mediante a presença de um único estagiário, contratado perante o Tribunal de Justiça, que teria a responsabilidade de atender e orientar as pessoas na consulta de seus processos eletrônicos. A Direção dos Juizados Especiais, por sua vez, ficaria a cargo do monitoramento do serviço, que compreende em assistir, orientar e supervisionar o trabalho do estagiário escolhido para a função.

Já com relação ao atendimento realizado pelo Núcleo de Prática Jurídica, fica a cargo da Universidade Positivo fornecer os estudantes que preencherão as vagas oferecidas pelo seu posto avançado. Por fim, os professores que compõem o

núcleo ficam encarregados de monitorar e supervisionar os seus alunos no atendimento oferecido ao público pelo posto avançado.

Como pode ser observado, os custos para a implantação e operação da proposta oferecida são irrisórios comparados com o benefício que será dado ao público-alvo. Não existe a necessidade de grandes investimentos em estrutura física, muito menos na exigência de grandes profissionais na operação geral do sistema. A possibilidade de utilizar equipamentos já disponíveis, de poder contar com uma infraestrutura já existente – necessitando apenas de uma ampliação - e poder usufruir da participação de estagiários, traz uma simplificação de toda a proposta, o que acarreta numa diminuição de custos e numa maior agilidade na sua implantação.

5.4 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que este sistema possa amenizar a dificuldade encontrada pelas partes na busca de auxílio jurídico gratuito no âmbito dos Juizados Especiais, não só para o cidadão que não tem condições de arcar com os custos de um advogado, mas também para aqueles que optem em não contratar um profissional da área, mesmo tendo condições para isto.

Além da melhoria da qualidade do serviço disponibilizado, espera-se um aumento significativo no número de atendimentos realizados. Atualmente, o Núcleo de Prática Jurídica atende um número variado de pessoas diariamente (de 20 a 35 senhas), dependendo da quantidade de estagiários disponíveis, entretanto almeja-se atingir a média de 50 atendimentos por dia, o que deve amenizar os problemas enfrentados pela sociedade na busca por auxílio jurídico gratuito.

Este tipo de serviço não apenas é importante para a população, como também é uma boa oportunidade para que o próprio estagiário/aluno aprenda com as experiências vividas e familiarize-se com as rotinas voltadas na sua área de aprendizado e atuação. Uma maior convivência com o público trará ao aluno uma maior humanização nos seus aprendizados, formando não apenas mais um profissional, mas também um cidadão mais consciente das necessidades em contribuir com sua parte na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

5.5 RISCOS OU PROBLEMAS ESPERADOS E MEDIDAS PREVENTIVO-CORRETIVAS

Com a previsão da ampliação do horário de atendimento oferecido pelo Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Positivo, mais especificamente no período matutino, haverá uma incompatibilidade de horário com o cumprido pelas secretarias dos Juizados Especiais, já que estas não operam no período da manhã. Ao ser entrevistado, o Prof. Joseph Chahla, um dos responsáveis pelo núcleo, se pronunciou a favor da ampliação do horário de atendimento, porém, levantou a questão da impossibilidade das partes protocolizarem suas petições/peças processuais durante o período da manhã, obrigando o interessado a aguardar o horário de abertura das secretarias, o que pode trazer enormes transtornos e aborrecimentos aos envolvidos. Entretanto, pode-se evitar esta situação mediante a instalação de um protocolo junto ao espaço reservado aos totens ou até mesmo junto ao núcleo. Este protocolo visa apenas certificar que a peça processual foi elaborada e que a parte possa comprovar, através da sua cópia protocolizada, que realizou sua manifestação no processo, caso seja necessário. Com a abertura do fórum, as petições protocolizadas seriam enviadas à direção a fim de efetuar a sua distribuição aos departamentos/secretarias responsáveis e assim dar continuidade no andamento dos processos.

6. CONCLUSÃO

Diante de todo este contexto, é possível concluir que o cidadão comum ainda possui grandes dificuldades em encontrar assistência judiciária gratuita, mesmo este sendo um direito garantido pela Constituição. A estrutura existente com o objetivo de fornecer este tipo de auxílio nos Juizados Especiais ainda é precária, já que a demanda é demasiadamente desproporcional comparada com o número de atendimentos realizados diariamente.

Porém, mesmo com suas limitações, não restam dúvidas sobre a grande importância social do trabalho realizado pelo Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Positivo, pois este serviço é o mais procurado pelo cidadão comum que necessita de auxílio jurídico gratuito na sua busca por Justiça, o que torna o Núcleo num grande parceiro do Tribunal de Justiça do Paraná nas suas ações perante os Juizados Especiais de Curitiba.

Entretanto, medidas corretivas podem ser implantadas com o intuito de ampliar o atendimento à população e orientar as partes que encontram dificuldades de acompanhar o trâmite de seu processo, principalmente o eletrônico. É possível melhorar e ampliar o serviço disponível, através de soluções simples e que não requisitam de grandes quantidades de recursos financeiros ou humanos. Enfim, é necessário que o Estado e seus parceiros promovam e se preocupem em fornecer à população uma assistência jurídica gratuita de qualidade, pois ela não só garante o acesso a um direito constitucional, como também promove o exercício da cidadania pelos mais necessitados.

REFERÊNCIAS

ABREU, P. M. **Juizados Especiais – Uma Experiência Brasileira de Acesso à Justiça**. Disponível em: <http://tjsc25.tj.sc.gov.br/academia/arquivos/juizado_espe_experiencia_pedro_abreu.pdf> Acesso em 20/10/2013.

BRASIL, Agência. Gazeta do Povo, **PR é o 5º em ranking sobre acesso à Justiça do país**. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?tl=1&id=1433800&tit=PR-e-o-5-em-ranking-sobre-acesso-a-Justica-do-pais> Acesso em 16/12/2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 16/10/2013.

BRASIL. **Lei nº 9.099/95**, de 26 de set de 1995. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm>. Acesso em 20/10/2013.

BRASIL. Ministério da Justiça.. **Atlas de Acesso à Justiça**. Disponível em: <http://www.acessoajustica.gov.br>. Acesso em 17/12/2013.

CHAHLA, Joseph J. A. Depoimento em 16/12/13. **Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Positivo**. Ed. dos Juizados Especiais, Curitiba-PR.

MALMEGRIN, M. L. **Gestão operacional** - 2. ed. reimp. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB, 2012.

MIRANDA, A. N. M; PETRILLO, M. R. A.; OLIVEIRA FILHO, W. R. **Origens Históricas dos Juizados Especiais de Pequenas Causas e sua Problemática Atual**. Disponível em: <http://www.estacio.br/site/juizados_especiais/artigos/artigo_final_grupo1.pdf>. Acesso em 16/10/2013.

PARANÁ. OAB-PR. **Corregedoria esclarece sobre exigências para concessão de justiça gratuita**. Disponível em: <http://www.oabpr.org.br/Noticias.aspx?id=18281>. Acesso em 17/12/2013.

PARANÁ. TJ-PR. **Portal do Tribunal de Justiça do Paraná**. Disponível em: <<http://www.tjpr.jus.br>> Acesso em 16/10/2013.

PARANÁ. TJ-PR. **Resolução Nº. 03/2009 do Tribunal de Justiça do Paraná**. Disponível em: <<https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/informacoesExtras/ResolucaoProjudi.pdf>>. Acesso em 15/12/2013.

RIGER, T. Gazeta do Povo, **Com 5 meses de atraso, Paraná nomeia defensores públicos**. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1416786>>. Acesso em 15/10/2013.

SADEK, M.T. **Acesso à Justiça** Disponível em: <http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/law/staff/academic/ferraz/sadek_acesso_a_justica0001.pdf> Acesso em 20/10/2013.

SANTOS, M. P. G. **O Estado e os problemas contemporâneos** - Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES :UAB, 2009.

ANEXOS

Entrevistado: Prof. Joseph Jamal Abou Chahla

Perguntas realizadas:

- 1) Qual o objetivo do posto avançado? (acadêmico – social)
- 2) Qual o número de senhas distribuídas diariamente? Este número de senhas é suficiente para atender a demanda?
- 3) Qual o perfil do público atendido? (renda – escolaridade)
- 4) Existe algum pré-requisito para realizar o atendimento?
- 5) Quais são as maiores dificuldades encontradas pelas partes? (termos jurídicos – processo eletrônico)
- 6) O núcleo foca apenas nas petições iniciais ou também presta auxílio nas demais peças processuais?
- 7) É a favor da ampliação do horário de atendimento? Existe esta possibilidade?
- 8) O senhor tem alguma sugestão de melhorias que possam ser implantadas? (físicas, estruturais, pessoal, etc).